

AGRICULTURA FAMILIARA E AGROECOLOGIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Leonardo Ferreira Gomes

Graduado em Geografia/UNIMONTES. Bolsista CNPq
leonardounimontes@hotmail.com

Erico Fabiano Rocha Reis.

Graduado em Geografia/SOEBRAS/FUNORTE. Pesquisador CNPq/MDA
ericofabianor@yahoo.com.br

Lilian Damares de Almeida Silva

Graduada em Geografia/UNIMONTES. Bolsista PIBIC/Fapemig
lili.froes@ig.com.br

Ana Ivania Alves Fonseca.

anaivania@gmail.com
Professora do Departamento de Geociências da UNIMONTES.
Doutora em Geografia pela UNESP.
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Rural – NEPGeR

Resumo

Em decorrência de indagações suscitadas, por ocasião da apresentação de trabalhos em diversos eventos tais como o IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - SINGA, VI Encontro de Povos do Cerrado, II Encontro da Rede de Estudos Agrários Brasil - REA Brasil, II Congresso Brasileiro de Agroecologia - CBA, entre outros. Podemos concluir que para o bom aproveitamento dos estudos em Geografia Rural se faz necessário uma discussão dos conceitos contemporâneos desta temática. Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a definição dos conceitos adotados para os termos: Agroecologia, agricultura familiar multifuncionalidade e pluriatividade. Para tanto, o procedimento metodológico adotado é o da pesquisa qualitativa com entrevista semi-estruturada, trabalho de campo, análise das entrevistas e consulta bibliográfica.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura Familiar; Multifuncionalidade; Pluriatividade.

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Resumen

Como resultado de las preguntas formuladas por la presentación de ponencias en varios eventos como el IV Simposio Internacional de Geografía Agrícola - SINGA, VI Encuentro de los Pueblos del Cerrado, la Segunda Reunión de la Red de Estudios Agraria de Brasil - SSA Brasil, II Congreso Brasileño de Agroecología - ACB, entre otros. Llegamos a la conclusión de que para el uso efectivo de Estudios Rurales en Geografía se requiere una discusión de los conceptos contemporáneos de este tema. Este trabajo tiene como objetivo presentar y discutir las definiciones adoptadas para los términos: Agroecología, agricultura familiar multifuncional y pluriactividad. Así, el procedimiento metodológico adoptado es el de la investigación cualitativa con entrevistas semi-estructuradas, trabajo de campo, análisis de las entrevistas y bibliográficos.

Palabras clave: Agroecología; Agricultura Familiar, la multifuncionalidad; pluriactividad.

Introdução

Uma característica marcante da ciência geográfica é a interface que desenvolve com outras ciências, sejam elas do grupo das ciências sociais ou das ciências naturais. A geografia rural como uma especialização da geografia humana não foge a esta regra, absorva e assimila diversos conceitos de terminologias de ciências afins tais como Sociologia, mais propriamente da Sociologia Rural, faz empréstimos também à Agronomia, Economia, Biologia e Antropologia entre outras.

Em decorrência de indagações suscitadas, por ocasião da apresentação de trabalhos em diversos eventos tais como o IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária - SINGA, VI Encontro de Povos do Cerrado, II Encontro da Rede de Estudos Agrários Brasil - REA Brasil, II Congresso Brasileiro de Agroecologia - CBA, entre outros. Podemos concluir que para o bom aproveitamento dos estudos em Geografia Rural se faz necessário uma discussão dos conceitos contemporâneos desta temática. Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a definição dos conceitos adotados para os termos: Agroecologia, agricultura familiar multifuncionalidade e pluriatividade. Para tanto, o procedimento metodológico adotado é o da pesquisa qualitativa com entrevista semi-estruturada, trabalho de campo, análise das entrevistas e consulta bibliográfica.

Agroecologia

Neste trabalho, a Agroecologia é entendida em sua dimensão total, ou seja, além da conceituação que a coloca como um conjunto de práticas aplicadas à agricultura e apresenta como principal objetivo a busca por uma relação harmônica entre o Homem e a Natureza, também abrange uma proposta que incorpore as relações sociais de trabalho, alteridade, cultura, identidade e etnicidade, valorizando saberes e fazeres colocando o ser a frente do ter. Assim, conforme Theodoro, et al (2009, p.25):

A agroecologia propõe que, para a apropriação social de seus princípios, práticas e métodos, além da incorporação de processos ecológicos nos sistemas agrícolas, é necessário que as condições socioculturais e econômicas das comunidades rurais, bem como sua identidade local e práticas religiosas, sejam também elementos locais de sua aplicação.

Por isso, como afirmam Norgaard e Sikor (2002), o enfoque holístico e a abordagem sistêmica marcam a diferença entre agrônomos tradicionais e agroecólogos, sendo os primeiros caracterizados pelo produtivismo e os últimos pelo pluralismo, “e estas diferenças nascem, precisamente, das bases filosóficas que orientam as atividades científicas no enfoque convencional e no enfoque agroecológico”. (CAPORAL, 2009, p.14).

Diante da experiência nas pesquisas de campo, é possível afirmar que uma análise puramente quantitativa não atende aos objetivos de um trabalho que pretenda levar a compreensão da contribuição das práticas agroecológicas como estratégias de territorialidade, no entanto, a mesma é imprescindível para demonstrar os resultados diante de comparações entre modelos agroecológicos e convencionais.

A lógica singular que norteia as atividades agrícolas das populações tradicionais, os *modus vivendis* e suas relações com lugar e aí compreendendo o espaço social e o espaço natural, só podem ser apreendidas por uma investigação qualitativa, na pesquisa-ação e vivência observada. As bases epistemológicas da Agroecologia apresentadas pelas referências que ora lançamos mão contemplam a estas exigências investigativas, conforme nos é apresentada por Caporal, (2009, p.15):

A agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar.

A funcionalidade ambiental que compreende a soberania alimentar e a função ecológica estão contidas nas práticas agroecológicas, e se integra à multifuncionalidade da agricultura familiar, tais como a funcionalidade social, funcionalidade política, funcionalidades econômica e cultural. “Portanto, a Agroecologia, como matriz disciplinar, se encontra no campo do que Morin (1999) identifica como do “pensar complexo”, em que *complexus* significa o que é tecido junto”. Conforme Caporal (2009, p.15):

Então, quando se faz referência à Agroecologia está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas que aquelas das ciências agrárias “puras”, pois incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Os impactos socioambientais decorrentes de um modelo agrícola impulsionado pelo

uso de agroquímicos, e, altas dependências do capital já sofriam com críticas mesmo antes da chamada Revolução Verde do pós-guerra. O esgotamento do solo, e a importação de insumos, a concorrência das grandes propriedades ou agricultura empresarial para atender o mercado de commodities já era vistos como agentes sufocantes da pequena propriedade familiar nas análises de Kautsky, Lênin e Chayanov, apontando Kautsky para uma proletarização do agricultor e transformação do mesmo em produtor, perdendo assim seu saber, saber fazer, fazer o “agri”, o rústico, os instrumentos de trabalho, os insumos naturais, a casa, o curral, a cela, os reparos, o trato cuidadoso com a terra, enfim, torna-se dependente do capital, quanto mais intensa a exploração dos recursos maior a dependência.

Na “mentalidade NPK” inaugurada no tempo de Justus Von Liebig, nas sementes de “altas respostas” associadas a essas mentalidades, e a mecanização. Também vale recordar que desde os anos 1800 a disputa entre os modelos NPK e os modelos alternativos de agricultura nunca deixou de existir. (CAPORAL, 2009, P.16).

Também relacionado com o modelo da Revolução Verde, temos a problemática dos fertilizantes químicos que segundo Caporal, 2009, p.16: desde a tese de Justus Von Liebig sobre a Química e suas aplicações na Agricultura, de 1840, e da Lei do Mínimo, nossa agronomia passou a ser dominada pela chamada “mentalidade NPK”, que se tornou quase uma ideologia no campo científico-agronômico.

Os movimentos de resistência a modernização agrícola via revolução verde no Brasil, de acordo com Caporal (2009) florescem ainda durante a ditadura militar, coincidindo com o processo de inserção do capital nas regiões conhecidas como fronteiras agrícolas, num processo de territorialização do capital e desterritorialização de inúmeras populações tradicionais, sem levar em conta todas as dinâmicas desenvolvidas por estas comunidades dentro do bioma onde se encontravam inseridas. Diante de tal quadro Caporal (2009, P.16) infere que

Um amplo movimento da chamada “agricultura alternativa”, liderado por setores progressivos das Igrejas, por ONGs ambientalistas, estudantes, agricultores e profissionais do ensino, da pesquisa e da extensão, já se davam conta do “estrago” que vinha sendo feito no Campo.

Nesse sentido, Caporal (2009) não apresenta a agroecologia como uma abordagem nova, mas como base de um novo paradigma para a agricultura e o desenvolvimento rural, afirmando que a mesma nasce das experiências ancestrais, do acúmulo das diferentes correntes de agriculturas alternativas e de uma nova aproximação entre agronomia e ecologia.

Autores já consagrados neste tema como Miguel Altieri, 2001, que propõem a “Agroecologia como base científica para a agricultura alternativa” e, em seguida, juntamente com Stephen Gliessman, 2001, Eduardo Sevilla-Guzmán, 1997, e outros autores, ampliam esta abordagem passando a tratar a agroecologia como base científica para a agricultura sustentável.

A respeito dos vários conceitos de sustentabilidade Theodoro et al (2009, P.22) cita alguns elementos de aceitação universal:

No que se refere a agricultura sustentável, a literatura aponta para uma série de definições nas quais alguns itens são consensuais: manutenção no longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; mínimo de impactos ao meio ambiente; retorno adequado aos produtores; otimização da produção com um mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; atendimento as necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Como se trata de uma nova ciência ainda em processo de construção epistemológica, possui várias correntes metodológicas e filosóficas estabelecendo imprecisões, ainda que pese a consensualidade no que tange aos objetivos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores, crescimento econômico e preservação dos recursos naturais.

As diferentes correntes como afirma Duarte apud Theodoro (2009), chegaram ao Brasil na década de 1970, estando entre estas: a biodinâmica, a orgânica e biológica, a agricultura natural, a permacultura, etc. Em relação às diferenças ideológicas, há aquelas que pretendem desde um simples ajuste tecnológico no padrão produtivo, até as que almejam mudanças mais radicais, incluindo transformações estruturais e/ou civilizacionais, conforme Theodoro (2009).

Para melhor entendimento das diferentes concepções agroecológicas, a seguir são mostradas algumas dessas propostas:

- Agricultura biodinâmica: suas principais características são a compostagem e a utilização de preparados biodinâmicos, que são usados para o fortalecimento do solo e, conseqüentemente, das culturas (THEODORO et al, 2009, p.23). Esta técnica segundo o mesmo autor produz maior resistência às pragas, aos patógenos e as invasoras, melhorado assim, a micro vida do solo. Neste movimento existe um ciclo fechado, tudo que é tirado da terra volta para a terra.
- Agricultura orgânica: Nesta modalidade, o sistema de produção evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, compostos sinteticamente (ALBÉ apud THEODORO, et. al, 2009, p.23). Pode-se observar que diferentemente da agricultura biodinâmica este sistema baseia-se além da rotação de culturas e uso de esterco animais, a entrada de elementos no sistema como leguminosas, adubação verde, lixo orgânico vindo de fora da unidade produtora, cultivo manual ou mecanizado, constituindo assim, um sistema aberto.
- Agricultura biológica: Este princípio se apóia em um tripé cujas partes de maior importância são: manejo dos solos, fertilização e rotação de culturas (EHLERS apud THEODORO et al 2009, p.24).
- Agricultura natural: busca cultivar alternadamente gramíneas e legumino-

sas, e usar palhas como cobertura do solo. Utiliza os sistemas agrosilvipastoris e extratos múltiplos de culturas. (THEODORO et al 2009, p.24). Esse sistema consiste nos ciclos fechados, com animais fazendo parte do sistema. THEODORO et al (2009, p.24) afirma que:

Estes movimentos e o conhecimento acumulado em várias partes do mundo, associados às discussões sobre desenvolvimento sustentável, facilitaram o aparecimento de uma ciência que pudesse associar as práticas de manejo ao entendimento dos reais motivos que levaram a eclosão de conflitos violentos ocasionados pela exclusão das famílias de pequenos agricultores, especialmente nos países agroexportadores, como é o caso do Brasil, trata-se da agroecologia.

Podemos observar uma tendência de independência do capital para investimento ou custeio da área cultivada como característica marcante em todos os sistemas agroecológicos apresentados e é a partir daí que se pode fazer uma análise das suas contribuições às condutas de territorialidade bem como estratégias de fixação do homem no campo ainda que em áreas isoladas e diante das adversidades naturais ou antropogênicas.

O extencionismo por meio de cursos, treinamentos e principalmente pela troca de experiência tem contribuído para uma intensificação da prática agroecológica, principalmente nas comunidades rurais mais isoladas. No caso das populações tradicionais visitadas universidades e Organizações Não Governamentais - ONGs, como o Centro de Agricultura do Norte de Minas – CCA/NM, lideranças eclesiais e Sindicatos de trabalhadores Rurais - STRs tem se feito presentes através da extensão rural. No entanto, a proposta agroecológica rejeita o difusionismo e reconhece os saberes tradicionais, apenas intensifica e divulga o seu uso. Conforme THEODORO et al (2009, p.25):

O resgate do conhecimento das populações tradicionais e os estudos sobre desenvolvimento rural sustentável, especialmente nos países em desenvolvimento, contribuíram de forma significativa na concepção da Agroecologia.

A pesquisa qualitativa e a entrevista semi-estruturada em vários quintais agroecológicos, além da pesquisa bibliográfica vêm demonstrando que as estratégias de pequenos produtores ou agricultores familiares tradicionais como geraizeiros e catingueiros, demonstradas nos seus conhecimentos sobre os processos naturais são profundos e condicionados a uma convivência simbiótica com a natureza nativa.

Abaixo apresentamos algumas praticas consideradas como tecnologias de baixo impacto ou sociais ou ainda, como formas de manejo ou práticas agroecológicas:

- Rochagem: A rochagem é uma técnica de fertilização que pode ser definida como uma prática de rejuvenescimento para solos de baixa fertilidade. Baseia-se na adição de pó de determinados tipos de rocha como forma de melhorar as condições de fertilidade dos solos sem afetar o equilíbrio do meio ambiente.

(THEODORO, 2009, p.28.)

- Cultivos de cobertura: O plantio de leguminosas, cereais ou qualquer outra mistura apropriada no estrato inferior das plantações e pomares. (ALTIERI apud THEODORO, 2009, p.28)
- Rotação e consórcio de culturas: É um sistema em que diferentes cultivos crescem em uma mesma área, sucedendo-se ao mesmo tempo uns aos outros, em uma seqüência ou um mosaico definido (ALTIERI, 2004).
- Sistemas agroflorestais SAFs: Agrofloresta é um sistema ancestral de uso da terra que vem sendo praticado há milhares de anos por agricultores de todo o mundo (THEODORO, 2009, p.28.).
- Permacultura: É o planejamento e execução de ocupações humanas sustentáveis, unindo as práticas ancestrais aos modernos conhecimentos das áreas, principalmente das ciências agrárias, engenharia, arquitetura e ciências sociais, todas abordadas sob a ótica da ecologia (THEODORO, 2009, p.29).
- Policultivo: Este sistema pode apresentar diversos arranjos espaciais, desde uma simples combinação entre duas espécies até sistemas complexos com muitas espécies (ALTIERI apud THEODORO, 2009, p.30).

As diferentes culturas podem ser plantadas de forma simultânea na mesma época ou escalonadas ao longo do tempo (THEODORO, 2009, p.30).

Entre as técnicas alternativas apresentadas por Theodoro (2009), identificamos várias nos quintais agroecológicos de Vereda Funda e nos SAFs existentes nesta comunidade, tais como: (a) pousio; (b) sistema agrossilvopastoril; (c) utilização de bacias de contenção; (d) controle biológico de pragas (e) alimentação de bovinos com base nos recursos existentes, com utilização de resíduos de culturas; (f) reutilização da água em algumas fases do setor de produção; (g) compostagem; (h) adubação verde; (i) consórcios com frutíferas; (j) seleção de sementes e produção de mudas; (k) captação de água da chuva; (l) coleta, transformação e reutilização das sobras de produção; (m) construção das habitações com recursos naturais disponíveis no local; (n) canais de aproveitamento de água de chuva; (o) aproveitamento de energia; (p) curvas de nível; (q) gestão social com participação na divisão de lucros (porcentagens) entre os parceiros; (r) agrossilvicultura e (s) educação ambiental. De acordo com Theodoro (2009), são técnicas alternativas de baixo ou nenhum custo.

Essas práticas agroecológicas, trazem naturalmente em seu bojo a valorização das funcionalidades sociais, política, culturais, ética e econômica além da funcionalidade ambiental contribuindo com estratégias de territorialidade. Conforme a afirmação de Theodoro, 2009, p32:

A agroecologia, ou uma agricultura responsável, certamente está ainda em construção e, embora seus princípios possam ser aplicados em caráter universal, esta construção é de caráter essencialmente de natureza local e, portanto diversificada, dependendo tanto da natureza dos ecossistemas quanto da cultura das populações.

O agroecólogo não pode abrir mão de sua consciência como protagonista do seu meio, agente ativo no espaço social e natural. As práticas agroecológicas encontram-se sistematicamente frequentes na agricultura familiar.

A Agricultura Familiar

A agricultura familiar é um dos eixos centrais do tema em discussão, e esta forma de unidade produtiva agrícola, tem sido objeto de controvérsias, ora apontada como parte de um programa estratégico do governo federal, no sentido de esvaziamento dos movimentos sociais envolvidos nos embates da reforma agrária, ora entendida como um modelo economicamente viável, ambientalmente sustentável, e socialmente justo. Apoiada sobre a multifuncionalidade, conceito que vem sendo construído ao longo de muitos estudos a respeito das múltiplas funções atribuídas a agricultura familiar tais como a segurança alimentar, apoiada nos indicadores apontando a agricultura familiar como o modelo de produção agrícola capaz de atender a demanda por alimentos saudáveis e diversidade da cesta alimentar. Serão apresentadas aqui algumas construções conceituais a respeito deste modelo de produção agrícola.

De acordo com Soares (2001), foi durante as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC que o tema “Multifuncionalidade da Agricultura Familiar” ganhou notoriedade, em dezembro de 1999, ocorreu a Conferência de Seattle, onde o debate sobre comércio internacional destacou os setores da agricultura e serviços. Soares (2001, p.41) afirma que:

Destacaram-se neste processo as diferentes posições sobre o comércio agrícola. De um lado, países exportadores de commodities como Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Nova Zelândia e Uruguai, que, dentre outros, compõe o chamado Grupo de Cairnes, que buscavam a liberalização do comércio agrícola e a remoção de barreiras comerciais na Europa, Estados Unidos e Japão aos produtos agrícolas. Em contraposição a este argumento a Comunidade Européia lançou mão da chamada multifuncionalidade da agricultura, onde argumentava que as funções múltiplas exercidas pela agricultura naquela sociedade exigiam que este setor não tivesse um tratamento meramente comercial. Evidentemente os europeus buscavam a manutenção, ainda que parcial, de seus subsídios agrícolas através do argumento da multifuncionalidade.

Fica clara a intenção dos países europeus ao lançarem mão do termo multifuncionalidade, na conceituação das múltiplas funções da agricultura, o objetivo é de manutenção dos subsídios agrícolas dos países ricos aos seus produtores. No entanto, este conceito tem contribuído para o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e argumentos consistentes nas negociações internacionais.

As questões ambientais que tem levado a comunidade global a discutir inúmeras questões ligadas a fome, degradação ambiental e humana e as grandes concentrações populacionais, colocaram as questões agrárias em pauta já a algum tempo. Conforme Soares (2001, p.41):

O debate sobre multifuncionalidade da agricultura não é novo e nem começou com as discussões de Seattle. Na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, os governos reconheceram o “aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável”.

Identificar as funcionalidades da agricultura e aqui em particular a agricultura familiar requer conhecer as características que lhes permite atribuir à agricultura familiar qualidades que superam a observação superficial, Soares (2001) informa que “A agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos”. Ou seja, quando esta passa a exercer uma ou mais funções sociais, indo além do puro produtivismo. As informações trazidas por Soares (2001) nos dão uma clara visão da sustentabilidade da agricultura familiar a partir de suas múltiplas funções.

As múltiplas funções da agricultura e as diferentes agriculturas

Na discussão do conceito de multifuncionalidade identificam-se as seguintes funções chave da agricultura:

- Contribuição á segurança alimentar;
- Função ambiental;
- Função econômica;
- Função social.

Para construir uma análise crítica sobre a multifuncionalidade, procurou-se neste trabalho fugir a generalizações e uniformização do seu uso, levando em conta as diferentes modalidades de agricultura e o uso do termo agricultura familiar para várias escalas de produção, hoje já se houve dizer em agricultura familiar empresarial, no entanto, a intenção aqui não é discutir a pertinência de novos usos deste termo.

É a partir destas diferentes modalidades da agricultura que foram focadas as quatro funções da agricultura familiar em pilares que se destacam e justificam a necessidade de políticas públicas que a reconheçam e a remunerem por tais funções.

- Contribuição à segurança alimentar: Soares (2001) aponta a segurança alimentar como a garantia do acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente e de modo permanente sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, contribuindo para uma existência digna e desenvolvimento integral da pessoa humana.
- Função ambiental: É de domínio público que a agricultura está entre as atividades que mais impactam o meio ambiente, e segundo Soares (2001), os

sistemas agrários ocupam aproximadamente 45% da superfície total dos ecossistemas brasileiros. A Revolução Verde, ancorada no produtivismo e orientada na substituição de matas nativas por monocultivos e uso intensivo de insumos químicos, é responsável pela degradação ambiental no campo, tendo como principais resultados negativos: erosão dos solos; assoreamento de cursos d'água; contaminação de solos e águas subterrâneas; aumento de pragas e contaminação da população por consumo de alimentos com agrotóxicos. Para Soares (2001), a agricultura familiar pode promover um conjunto de serviços ambientais como a conservação dos solos e águas, manejo sustentável da biodiversidade e produção de biomassa. Estas condições estão apoiadas nas características próprias a esta unidade de produção, pois está voltada para atender as necessidades da família sem o imediatismo do mercado, pela dimensão da propriedade valoriza o policultivo e aperfeiçoa a distribuição espacial e temporal das criações, o manejo é feito com maior atenção, uma vez que quem o faz é o próprio dono, este conhece o bioma e clima em que está inserido, desenvolvendo as estratégias necessárias para convivência com os mesmos. Podemos constatar que a partir destas condições a função ambiental da agricultura familiar com direcionamento agroecológico é de valor incalculável para esta e futuras gerações.

- **Função econômica:** O crescimento do setor secundário e terciário na economia brasileira, não diminui a importância do papel da agricultura familiar, conforme Soares (2001) neste cenário a mesma é responsável por 37,9 % do valor bruto da Produção Agropecuária Nacional, correspondendo a R\$ 18,1 bilhões (INCRA/FAO, 1999). No entanto ocupa somente 30,5 % da área e recebe 25,3 % do financiamento da produção agrícola. Nas regiões Norte e Sul mais de 50% do VPB é produzido em estabelecimentos familiares. Conforme aponta estudos do INCRA/FAO apud Soares (2001) a superioridade da eficiência da agricultura familiar em relação à patronal fica clara se compararmos a renda por hectare, produzindo uma média de R\$ 104,00 ha/ano contra apenas R\$ 44,00 ha/ano pelos agricultores patronais. Esta diferença de eficiência ocorre em todas as regiões.
- **Função social:** A questão da produção na agricultura familiar está muito longe de encerrar as discussões que abrangem este tema. Soares (2001) chama a atenção para um conjunto de fatores sociais, entre estes, cultura, tradição e identidade. Neste sentido a preocupação com a qualidade de vida precisa ser contemplada pelas políticas públicas, perpassando por uma educação que atenda as peculiaridades culturais das comunidades tradicionais. A funcionalidade social da agricultura tem em sua dimensão a capacidade de intensificar o associativismo e o cooperativismo, uma vez que o sentimento de pertencimento está presente nas comunidades tradicionais de agricultores, extrativistas, pescadores e outros. A proximidade das famílias aumenta o sentimento de confiança aliada a presença da topofilia, evita a desagregação familiar e o êxodo rural, reduzindo a pressão de demandas nas grandes e médias cidades. A agricultura familiar se comparada à agricultura patronal, diante dos dados, é perceptível a disparidade da função social em grupos tão distintos. Como afirma Soares (2001, p. 47):

É sabido, por exemplo, que o setor patronal rural é um dos piores empregadores do país, a ponto de 70% dos trabalhadores rurais brasileiros sequer terem registro em carteira, casos de trabalho forçado são recorrentes, enfim, o patronato rural desrespeita de forma contumaz os direitos sociais e trabalhistas dos assalariados rurais, além de gerar pouco emprego.

As contradições apresentadas neste campo são gritantes, a vantagem oferecida ao agronegócio detentor do grande capital e de grande influência nas esferas legislativas e executivas, torna injusta a concorrência entre um modelo agrícola sustentável e multifuncional e outro de caráter explorador e de agressividade ambiental incomparável ao primeiro, o resultado desta distorção é conforme informa Soares (2001) e de acordo com os dados INCRA/FAO (1995/1996), a renda média por estabelecimento familiar no Brasil, foi de R\$ 2.217,00 anuais, enquanto os estabelecimentos patronais apresentaram renda média de R\$ 19.085,00 anuais, ou seja, cerca de nove vezes maior. E ainda assim, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro e mesmo dispondo de 30 % da área, é responsável por 76 % do pessoal ocupado, já entre os agricultores patronais é necessário em média 67,5 ha para ocupar uma pessoa, enquanto entre os familiares são necessários 7,8 ha para ocupar uma pessoa - naturalmente pessoal ocupado inclui mão de obra familiar, como pudemos constatar em visitas aos quintais agroecológicos de Vereda Funda.

Agricultura Familiar ou Campesinato?

O termo agricultura familiar como dito anteriormente, tem sido entendido e conceituado de acordo com os diversos interesses e ideologias de diferentes grupos, como os movimentos sociais, estudiosos da sociologia rural, da geografia agrária, da Agronomia e outros, o que dificulta a identificação de uma unidade produtora agrícola como tal. Conforme Wanderley (2003, p.43), “observa-se, de fato, que existe certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF”.

A respeito das divergências de posições, Wanderley (2003), comenta que para uns a agricultura familiar e o PRONAF se confundem a ponto do termo ser entendido como uma tipologia de beneficiários em função da capacidade de atendimento do programa, para outros, o termo corresponderia a uma categoria de agricultores, capazes de responder as atuais exigências do mercado em detrimento dos agricultores que não se encontram nas mesmas condições.

Wanderley (2003) propõe o debate em torno de duas hipóteses, a primeira tratando-se da reprodução pura e simples de um campesinato tradicional ou da emergência de uma nova personagem na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado moderno, e aí gestado pela ação do estado. Wanderley (2003, p.44) infere que:

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis.

Continuando em sua elucidação Wanderley (2003) fala a respeito do campesinato como uma forma social particular de organização da produção, caracterizada por uma agricultura cuja base é dada por uma unidade de produção gerida pela família. A autora reconhece o caráter familiar desta unidade, constituída nos elementos: patrimônio, trabalho e consumo.

Como afirmado anteriormente o agricultor tradicional não está isolado da sociedade globalizante e sofre as mutações impostas ou desejadas, até mesmo para a permanência de valores culturais que somente a autonomia no trabalho lhe permite. Para tanto este se adapta, e supera desafios: “o exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade”. (WANDERLEY, 2003, p.44).

É preciso ir a campo para compreender a dimensão das transformações em consequência dos serviços de assistência técnica, e o crescimento desta procura fora da comunidade, mesmo as identificadas como populações tradicionais, diante disto Wanderley (2003, p.47) propõe que:

Mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais.

Wanderley (2002) reconhece a existência do campesinato como categoria, mas acima de tudo, não o coloca como simples objeto de intervenção do Estado, mas como ator social ativo, participando consciente dos processos de rupturas e permanências.

Rupturas e Permanências

A idéia da impossibilidade do agricultor camponês produzir e comercializar excedentes é apresentada por Wanderley (2003, p.50) como produto da subjetividade partindo da seguinte análise:

Entre o esforço necessário à realização das tarefas produtivas (trabalho) e o resultado obtido com a produção (consumo), os camponeses seriam, pela sua natureza, dedicados exclusivamente a garantir a subsistência familiar, particularmente por meio de estratégias de diversificação produtiva e da aplicação do princípio da alternatividade.

A autora também tece considerações sobre a pluriatividade, encontrada em muitas unidades familiares, consideradas por muitos como um processo, cujo desfecho

é o abandono das atividades agrícolas. No entanto, Wanderley (2003, p.52) também aponta que:

Tal desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido num sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.

Wanderley (2003) reconhece que o trabalho externo do chefe do estabelecimento é a base verdadeira da pluriatividade, e afirma que: “um estabelecimento familiar é pluriativo se o seu chefe trabalha fora. Isso acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou, quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho.”.

Não resta dúvida que há muito que discutir, primeiro como considerar a pluriatividade, seria uma solução para a manutenção da unidade familiar, sintoma da incapacidade do estabelecimento em atender as necessidades da família ou princípio de um processo de desagregação pela mesma incapacidade? Wanderley (2003, p.52,53) tece as seguintes considerações:

O trabalho externo dos filhos adultos, que ainda moram sob o mesmo teto dos pais, provavelmente aponta para o processo de individualização e de busca de autonomia desses filhos rumo à constituição em breve de outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro.

A respeito de uma terceira abordagem, Wanderley (2003) aponta para a construção de uma nova identidade social, possuidora de uma dimensão político-ideológica que representa uma dimensão crítica em relação ao modelo dominante de agricultura moderna e seu ideal produtivista. É justamente esta nova identidade social, o contexto de territorialidade que nos chama a atenção e o qual é identificado neste trabalho como agricultor familiar.

Wanderley (2003, p.53) afirma que “na maioria dos países de agricultura moderna, a crítica desse modelo vem sendo feita, em grande parte, por agricultores familiares que se definem como camponeses e que, dessa forma, colocam-se como portadores de outra concepção de agricultura moderna”.

A qualidade dos produtos, para este grupo de agricultores deve estar em primeiro plano, agregando valores relacionados à saúde, sustentabilidade e as relações de trabalho na produção, para tanto, é necessário um pacto social entre consumidores e produtores, assim, segundo Wanderley (2003, p.53).

Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva, que os agricultores dis-

põem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido com o conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizados.

Durante as pesquisas de campo, e em entrevistas com lideranças rurais, nota-se que o número de agricultores nesta faixa transitória, entre o simples campônio e a agricultura familiar moderna, seria maior, no entanto a adoção de programas parece ter sido politizada, privilegiando o movimento sindical, ficando acirrada a concorrência entre lideranças e deixando a margem uma enorme gama de famílias de agricultores. Para Wanderley (2003, p.54):

No Brasil, a construção dessa identidade foi, de uma certa forma, retardada pelo envolvimento dos movimentos de luta pela terra com a realização de experiências de coletivização – nada mais oposto ao projeto camponês –, bem como pela prioridade concebida pelo movimento sindical rural à consolidação do Pronaf. Mas ela começa a assumir uma expressão significativa por meio de novas estruturas organizacionais e da produção de um novo discurso referente a uma outra agricultura.

Wanderley (2003) sugere então a resposta de alguns questionamentos, na intenção de ajudar na identificação da unidade produtora como agricultura familiar:

- a) Se estou me referindo a um camponês imerso em um processo histórico, resta saber que história é essa?
- b) Que campesinato – ou campesinatos – emerge (m) desse processo histórico particular?
- c) Como as transformações gerais da sociedade brasileira afetaram tal campesinato, definindo-lhe um novo espaço de reprodução e exigindo dele transformações internas significativas?
- d) Como as famílias camponesas percebem tais transformações e orientam suas próprias estratégias de adaptação?

Wanderley (2003, p.55,57) lembra ainda que o processo de modernização das condições de produção agrícola no Brasil não está concluído nem se disseminou de forma homogênea por todo o território nacional. Outro fator relevante que devemos considerar é a poupança, esta se constitui em elemento fundamental de inserção do agricultor no contexto de uma modernização funcional e com bases sólidas, esta precisa ser estimulada. Na França, por exemplo, a poupança dos camponeses constituiu historicamente uma importante fonte de acumulação.

O método apresentado por Wanderley (2003) reconhece a grande diversidade de situações concretas que a categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir. Também reconhece como necessárias a elaboração de tipologias, considerando a compatibilidade de análise em termos de tipo-ideal e análise histórica. Nesse sentido Wanderley (2003, p.59) alega que “o fio condutor dessa formulação deve ser não a diferença

entre categorias de renda observadas em um determinado momento entre os agricultores, mas a já referida capacidade de resistência e de adaptação às transformações mais gerais da sociedade.” Nesse sentido observa-se a permanência de elementos de rupturas e continuidades na heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil.

Considerações finais

Podemos concluir que para o bom aproveitamento dos estudos em Geografia Rural a discussão dos conceitos contemporâneos de agroecologia, agricultura familiar multifuncionalidade e pluriatividade permite inferir uma nova análise nas dinâmicas surgidas nesse espaço rural. Permitindo uma abordagem coerente relacionadas a estes conceitos. Esta pesquisa apresenta o agroecólogo como agente protagonista do seu meio, agente ativo no espaço social e natural onde as práticas agroecológicas encontram-se sistematicamente frequentes na agricultura familiar. Os conceitos e técnicas agroecológicas, apresentam-se em construção e, embora seus princípios possam ser aplicados em caráter universal, esta construção é de caráter essencialmente de natureza local e, portanto diversificada, dependendo tanto da natureza dos ecossistemas quanto da cultura das populações.

Concluimos ainda que os debates em torno dos conceitos da agricultura familiar e agroecologia devem considerar suas características heterogenias bem como os elementos de rupturas e continuidades identificados a partir das dinâmicas locais. Para tanto os novos elementos de estudo como multifuncionalidade e pluriatividade permitem agregar outras dimensões ao debate a cerca do tema.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

CAPORAL, F. R. **Em Defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**. <http://www.agroecologia.inf.br/conteudophp?vidcont=254>. Acesso em 14 de abril de 2011.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

easyplanners.info/area02/2258. Acesso em 20 de junho de 2012.

KAUSTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Porto. Portucalense. 1972 (1989).

MORIN, E. 1999. [1986]. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre, Sulina, 287 p

NORGAARD, R.; SIKOR, T. **Metodologia e prática da agroecologia**. In: **ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

POZO, O. V. C. Pozo. **Regime De Propriedade E Recursos Naturais: A Tragédia Da Privatização Dos Recursos Comuns No Norte De Minas**. Rio de Janeiro: ICHS- CPDA /UFRRJ, Tese de Doutorado, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 19-32.

SOARES, A. C., **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Revista Proposta N°. 87 Dezembro/Fevereiro de 2000/2001.

THEODORO, S.H, DUARTE, L. G., VIANA, J. N. (orgs.). **Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável** - Rio de Janeiro: Garamond, 2009.236p. - (Terra Mater) ISBN 978-85-7617-168-3.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. [www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3 htm](http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm). Acessado em 05 de Julho de 2012.